

**EMPRESA DE INFORMÁTICA E  
INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO  
DE BELO HORIZONTE S/A –  
PRODABEL**

**CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL N° 1/2024**

**PRODABEL**



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

**ANALISTA DE RECURSOS  
ESTRATÉGICOS – GESTÃO  
ADMINISTRATIVA**

**Manhã**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO  
CONSULPLAN**

**CARGO: ANALISTA DE RECURSOS ESTRATÉGICOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

K. parou de falar e olhou para o juiz, que não disse nada. Enquanto o fazia, pensou ter visto o juiz emitir um sinal, com um movimento dos olhos, a alguém na multidão. K. sorriu e disse:

– E agora o juiz, bem a meu lado, está fazendo algum sinal secreto para alguém do meio dos senhores. Parece haver alguém dentre os senhores recebendo instruções de algum superior. Não sei se o sinal é para causar vaias ou aplausos, mas me absterei de tentar adivinhar seu significado cedo demais. Realmente não me importa, e dou ao meritíssimo minha irrestrita e pública permissão para parar de fazer sinais secretos a seu subordinado pago aí embaixo e, em vez disso, dar suas ordens com palavras; que ele diga logo: “Vaiem agora!” e da próxima vez “Aplaudam agora!”.

Com embaraço ou impaciência, o juiz balançava-se para a frente e para trás em seu assento. O homem atrás dele, com quem estivera falando, inclinou-se para a frente novamente, para lhe dar algumas palavras de encorajamento ou algum conselho específico. Abaixo, no salão, as pessoas conversavam em voz baixa, porém animadamente. As duas facções pareceram antes ter opiniões fortemente opostas, mas agora começavam a se misturar; alguns indivíduos apontavam para K., outros para o juiz. O ar da sala estava carregado e extremamente opressivo; os que se sentavam mais para trás mal podiam ser vistos. Devia ser especialmente difícil para os visitantes que estavam na galeria, já que eram forçados a perguntar, em voz baixa, aos participantes da assembleia o que exatamente estava acontecendo, lançando olhares tímidos para o juiz. As respostas que recebiam eram igualmente baixas, dadas por trás da proteção de mãos sobre a boca.

– Quase acabei de dizer tudo o que queria – prosseguiu K. e, já que não havia nenhuma sineta, bateu na mesa com o punho, de uma forma que assustou o juiz e seu conselheiro e os fez parar de olhar um para o outro. – Nada disso tem a ver comigo, e posso, então, fazer uma avaliação calma da situação; presumindo que este suposto tribunal tenha alguma importância, será bastante vantajoso para os senhores ouvir o que tenho a dizer. Se quiserem discutir o que digo, por gentileza, só o façam depois, não tenho tempo a perder e logo irei embora.

Fez-se silêncio imediato, o que mostrava o controle de K. sobre a multidão. Não houve nenhuma exclamação entre as pessoas, como houvera de início; ninguém nem mesmo aplaudiu, mas, se é que já não estavam convencidas, elas pareciam quase estar.

*(KAFKA, Franz. O processo. Belo Horizonte/MG. Editora Pé da Letra, 2018. Tradução por Livia Bono.)*

**Questão 01**

O trecho apresenta cena ocorrida em um tribunal, em que o personagem K., ao ver-se na posição de réu, trata por “meritíssimo” o juiz. Caso o autor optasse por retratar a forma como se dirige K. ao magistrado como “Vossa Excelência”, pronome de tratamento comum quando se faz referência a altas autoridades, e redigisse o termo em sua forma abreviada de modo a economizar caracteres, é correto dizer que ele escreveria:

- A) V. E<sup>a</sup>.
- B) V. Ex<sup>a</sup>.
- C) Vos. Ex<sup>a</sup>.
- D) Vossa Ex<sup>a</sup>.

**Questão 02**

O autor chama o personagem principal, Josef K., por seu sobrenome, “K.”. Ao longo de todas as vezes em que o personagem é mencionado, é correto afirmar que a disposição de ponto final junto à letra “K” serve para demonstrar:

- A) Citação.
- B) Abreviatura.
- C) Fechamento do período.
- D) Início de aposto enumerativo.

**Questão 03**

Considere o trecho “*Fez-se silêncio imediato [...]*” (5<sup>o</sup>§). É correto afirmar que, nele, o termo “se” pode ser corretamente identificado como:

- A) Pronome apassivador.
- B) Pronome reflexivo recíproco.
- C) Índice de indeterminação do sujeito.
- D) Conjunção subordinativa condicional.

#### Questão 04

Considere o verbo sublinhado em “K. parou de falar e olhou para o juiz, que não disse nada. Enquanto o fazia, pensou ter visto o juiz emitir um sinal, [...]” (1º§). É correto afirmar que, quanto à sua predicação, ele pode ser corretamente identificado como verbo:

- A) Vicário.
- B) Bitransitivo.
- C) Transitivo direto.
- D) Transitivo indireto.

#### Questão 05

Considere o trecho “[...] não havia nenhuma sineta, [...]” (4º§). É correto afirmar que, nele, o verbo “haver” é usado no sentido de:

- A) “Ter”, de modo que é pessoal e, portanto, seu sujeito é simples.
- B) “Existir”, de modo que é impessoal e, portanto, não tem sujeito.
- C) “Existir”, de modo que é pessoal e, portanto, seu sujeito é simples.
- D) Auxiliar de verbo pessoal, de modo que também é pessoal e, portanto, seu sujeito é simples.

#### Questão 06

Considere o trecho “Nada disso tem a ver comigo, [...]” (4º§). É correto afirmar que o sujeito do verbo “tem” pode ser corretamente identificado como:

- A) Simples.
- B) Inexistente.
- C) Desinencial.
- D) Indeterminado.

#### Questão 07

Considere o termo sublinhado no trecho “[...] ninguém nem mesmo aplaudiu, mas, se é que já não estavam convencidas, elas pareciam quase estar.” (5º§). É correto afirmar que ele pode ser corretamente identificado como:

- A) Verbo vicário.
- B) Verbo de ligação.
- C) Verbo intransitivo.
- D) Elemento expletivo.

#### Questão 08

Considere as orações subordinadas reduzidas no trecho “Parece haver alguém dentre os senhores recebendo instruções de algum superior.” (2º§). É correto afirmar que elas podem, respectiva e corretamente, ser identificadas como:

- A) Substantiva predicativa e adverbial modal.
- B) Substantiva subjetiva e subordinativa adjetiva.
- C) Substantiva objetiva direta e adverbial temporal.
- D) Substantiva objetiva indireta e adverbial concessiva.

#### Questão 09

Considere a disposição do pronome no trecho “Fez-se silêncio imediato, [...]” (5º§). Quanto à colocação pronominal e de modo a atender-se em relação às regras de norma culta, pode-se afirmar que, em hipótese de reescrita da frase, o pronome poderia vir:

- A) Apenas como já está, em ênclise.
- B) Anteposto ao verbo, em próclise.
- C) No meio do verbo, em mesóclise.
- D) Separado do verbo, ao fim da oração.

#### Questão 10

Considere as duplas de termos sublinhados nas reproduções abaixo de trechos do texto e assinale a alternativa cuja dupla NÃO apresenta a mesma classificação morfológica quanto à classe de palavras a que cada vocábulo pertence.

- A) “Abaixo, no salão, as pessoas conversavam em voz baixa, porém animadamente.” (3º§)
- B) “Não houve nenhuma exclamação entre as pessoas, como houvera de início; [...]” (5º§)
- C) “O homem atrás dele, com quem estivera falando, inclinou-se para a frente novamente, [...]” (3º§)
- D) “Se quiserem discutir o que digo, por gentileza, só o façam depois, não tenho tempo a perder e logo irei embora.” (4º§)

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

### **Questão 11**

**Considere as seguintes afirmações relacionadas entre si:**

- I. Se Bianca é técnica em informática, então Adriana é analista de sistemas.
- II. Ou Daniela é engenheira de computação ou Cristiane é cientista de dados.
- III. Cristiane é cientista de dados e Bianca é técnica em informática.

**Se apenas a afirmação I é falsa, pode-se deduzir que é verdade:**

- A) Ou Bianca é técnica em informática, ou Cristiane é cientista de dados.
- B) Adriana é analista de sistemas ou Daniela é engenheira de computação.
- C) Se Cristiane é cientista de dados, então Daniela é engenheira de computação.
- D) Se Daniela é engenheira de computação, então Adriana é analista de sistemas.

### **Questão 12**

**Anderson, Bráulio e César trabalham na PRODABEL e, em determinado dia, foram designados para promover a inclusão digital em três bairros de Belo Horizonte: Alto Vera Cruz, Lindeia e Padre Eustáquio. Cada profissional ficou responsável por um único bairro, diferente dos demais. Além disso, os bairros foram visitados em turnos distintos dentre os seguintes: manhã, tarde e noite. Sabe-se que:**

- Um dos profissionais visitou o bairro Padre Eustáquio no turno da manhã.
- César visitou o seu bairro no turno da noite.
- Anderson visitou o bairro Lindeia.

**Considerando essas informações, é correto afirmar que:**

- A) Bráulio visitou o bairro Alto Vera Cruz.
- B) César visitou o bairro Padre Eustáquio.
- C) Bráulio visitou o seu bairro no turno da tarde.
- D) Anderson visitou o seu bairro no turno da tarde.

### **Questão 13**

**A partir do discurso do Prefeito de uma cidade X, Ricardo destacou as seguintes proposições verdadeiras:**

P1 = Todos os bairros da cidade X possuem inclusão digital.

P2 = Todo bairro com inclusão digital é desenvolvido.

**Se o bairro Olaria não é desenvolvido, então é correto afirmar que o bairro Olaria**

- A) é um bairro da cidade X e possui inclusão digital.
- B) é um bairro da cidade X, mas não possui inclusão digital.
- C) não é um bairro da cidade X, mas possui inclusão digital.
- D) não é um bairro da cidade X e não possui inclusão digital.

### **Questão 14**

**Moacir, Norberto, Orlando, Patrick e Sandro são estagiários no setor de tecnologia da informação de uma repartição pública. Em determinado dia, somente um deles propagou um vírus no sistema do setor que comprometeu o armazenamento de novas informações. Quando questionados pelo chefe sobre quem seria o culpado pela propagação do vírus, eles emitiram as seguintes declarações:**

Moacir: Foi o Sandro.

Norberto: Eu não fui o culpado.

Orlando: Norberto diz a verdade.

Patrick: Foi o Moacir.

Sandro: Patrick está mentindo.

**Se somente um dos estagiários está mentindo, quem foi o culpado pela propagação do vírus no sistema do setor?**

- A) Patrick.
- B) Sandro.
- C) Orlando.
- D) Norberto.

### Questão 15

Sobre as linguagens de programação de conhecimento do analista de sistemas Fábio, não é verdade que ele conhece as linguagens de programação *R* ou *Python*. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Fábio não conhece a linguagem de programação *R*, mas conhece a linguagem de programação *Python*.
- II. Fábio não conhece a linguagem de programação *Python*.
- III. Fábio só conhece a linguagem *Python* se não conhecer a linguagem *R*.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- A) Falsa, falsa e verdadeira.
- B) Falsa, verdadeira e falsa.
- C) Verdadeira, falsa e falsa.
- D) Falsa, verdadeira e verdadeira.

## CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### Questão 16

A transparência na Administração Pública tem como um de seus grandes pilares a Lei nº 12.527, de 18/11/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O acesso à informação compreende, dentre outros, os direitos de obter informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.
- II. É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, devendo utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), atendendo na forma de regulamento, a requisitos dentre os quais o de possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações.
- III. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais, salvo as condutas praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, informações ou documentos objetos de restrição de acesso.
- IV. O NSC – Núcleo de Segurança e Credenciamento, é instituído no âmbito do Congresso Nacional e tem como um de seus objetivos garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

Está correto, de acordo com a Lei nº 12.527/2011, o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

### Questão 17

De acordo com nossa doutrina, o Regime Jurídico-Administrativo é o conjunto formado por todos os princípios e regras pertencentes ao Direito Administrativo. As cláusulas exorbitantes, a desapropriação, requisição de bens e impenhorabilidade dos bens públicos são atos administrativos ligados principalmente ao princípio da:

- A) Legalidade.
- B) Especialidade.
- C) Indisponibilidade do interesse público.
- D) Supremacia do interesse público sobre o privado.

### Questão 18

Os Princípios são regras gerais condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Relacione adequadamente os enunciados contidos nos itens a seguir ao Princípio da Administração Pública respectivo:

- I. Atuação conforme a Lei e o Direito.
- II. Divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- III. Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- IV. Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Assinale a alternativa correta.

- A) I. Legalidade II. Legalidade III. Objetividade IV. Finalidade.
- B) I. Taxatividade II. Moralidade III. Objetividade IV. Finalidade.
- C) I. Legalidade II. Legalidade III. Impessoalidade IV. Proporcionalidade.
- D) I. Legalidade II. Publicidade III. Impessoalidade IV. Proporcionalidade.

### Questão 19

**Poderes da Administração Pública são prerrogativas inerentes às autoridades públicas necessárias ao cumprimento de suas competências. Analise os seguintes atos e relacione-os adequadamente.**

- I. Delegação ou avocação de competências.
- II. Expedição de Instrução Normativa ou Portaria.
- III. Escolha do percentual de multa a ser atribuída a um particular pelo cometimento de ilícito, dentre os vários possíveis aplicáveis nos termos da lei.
- IV. Praticar ato administrativo nos exatos termos da legislação que não permite margens de liberdade de escolha para o agente público.
- V. Determinação de punição a ser atribuída a um servidor pelo cometimento de infração funcional.

**Assinale a alternativa correta.**

- A) I. Discricionário II. Vinculado III. Disciplinar IV. Vinculado V. Hierárquico.
- B) I. Disciplinar II. Regulamentar III. Disciplinar IV. Vinculado V. Hierárquico.
- C) I. Hierárquico II. Normativo III. Disciplinar IV. Discricionário V. Hierárquico.
- D) I. Hierárquico II. Regulamentar III. Discricionário IV. Vinculado V. Disciplinar.

### Questão 20

**A Administração Pública passa por processo de modernização dos procedimentos operacionais e administrativos dos governos, levando à melhoria de sua eficiência. Analise as afirmativas a seguir.**

- I. O termo *accountability* apareceu no STF em julgados do ministro Joaquim Barbosa, nos quais foi referido como “materialização da função de controle”.
- II. O governo eletrônico está fortemente apoiado numa nova visão do uso das tecnologias para a prestação de serviços públicos, mudando a maneira pela qual o governo interage com o cidadão, empresas e outros governos.
- III. Podemos entender o termo *accountability* como sinônimo de mecanismos pelos quais os governantes são constrangidos a prestar esclarecimentos e a responder por seus atos.
- IV. Governo eletrônico pode ser entendido como um conjunto de ações modernizadoras vinculadas à Administração Pública, que começam a ganhar visibilidade no final da década de 1990.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

### Questão 21

**A Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011, marca um ponto crucial na promoção do controle social e da transparência na Administração Pública. Os processos descritos nela têm o objetivo de garantir o acesso fundamental à informação, devendo ser conduzidos em consonância com os princípios básicos da Administração Pública e as diretrizes estabelecidas. Considerando o regime jurídico imposto por essa Lei, assinale a afirmativa correta.**

- A) De acordo com a Lei de Acesso à Informação, considera-se integridade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- B) Conforme estabelecido pela Lei de Acesso à Informação, a divulgação de informações de interesse público deve ocorrer mediante solicitação expressa de forma motivada.
- C) Empresas com fins lucrativos devem garantir a transparência e a divulgação dos recursos provenientes de subvenções, isenções fiscais e, de forma indireta, perdão de dívidas.
- D) A Lei de Acesso à Informação é válida para o Executivo, Legislativo e Judiciário, excluindo o Tribunal de Contas, o Ministério Público, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

### Questão 22

**Ao examinar os princípios da função administrativa estatal, é fundamental analisar os poderes concedidos às autoridades administrativas. Tais poderes são cruciais para que a Administração Pública possa aplicar a vontade da lei sobre a vontade individual e promover o interesse público sobre o privado. Dentre esses poderes, estão o normativo, o disciplinar e os derivados da hierarquia. Assinale a afirmativa INCORRETA sobre as características dos respectivos poderes.**

- A) Decorrem do poder hierárquico as prerrogativas de delegar e avocar atribuições, bem como de fiscalizar e rever as atividades de órgãos inferiores.
- B) O poder normativo concede à Administração Pública a autoridade para complementar a legislação, visando garantir sua aplicabilidade prática, porém, não lhe confere a capacidade de modificar o texto legal.
- C) O poder de polícia, atribuição do Estado, possibilita a criação de normas que regulam os particulares, com o objetivo de preservar a ordem, segurança e saúde públicas. Esse poder é exercido conforme a legislação pertinente e dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal.
- D) O poder disciplinar da Administração Pública não é considerado discricionário nos procedimentos previstos para apuração de faltas administrativas, tendo em vista a existência de regras rígidas nos Estatutos Funcionais, por exemplo, para considerar a gravidade da infração e arbitrar uma pena.



### Questão 23

No âmbito da Administração Pública, o governo eletrônico refere-se à utilização de tecnologias da informação e comunicação para modernizar e otimizar os processos governamentais. O governo eletrônico visa melhorar a eficiência administrativa e fortalecer a relação entre o Estado e os cidadãos, promovendo uma administração mais moderna, transparente e participativa. Sobre as temáticas envolvendo o governo eletrônico, assinale a afirmativa correta.

- A) O Programa Sociedade da Informação, implementado pelo governo federal em relação ao governo eletrônico, buscava impulsionar a prestação de contas governamentais e a clareza nas informações sobre as finanças públicas.
- B) O Portal da Transparência do Governo Federal é caracterizado como um instrumento de transparência passiva, operando como parte da estrutura de governança eletrônica para promover a prestação de contas e facilitar o acesso do cidadão a informações governamentais.
- C) A implementação de *softwares* livres, no âmbito do Governo Eletrônico, visa maximizar recursos e investimentos em tecnologia de informação, indo além de considerações econômicas ao promover a produção e disseminação de conhecimento, assim como o desenvolvimento colaborativo de *software* nacional.
- D) Uma das quatro estratégias principais do Governo Eletrônico, que tem um impacto significativo na transparência e eficiência da Administração Pública, não inclui aquelas centradas na cooperação, como os portais governamentais ou *sítes* públicos que fornecem acesso à *internet* fornecido por entidades governamentais.

### Questão 24

A aplicação dos poderes administrativos é imprescindível para a atuação estatal, envolvendo a capacidade de tomar decisões e impor medidas que afetam direitos e interesses dos particulares, bem como da própria administração. Tal aplicação não se limita a uma simples execução de normas predefinidas, já que frequentemente demanda uma abordagem complexa, a fim de garantir a eficiência na prestação dos serviços públicos, respeitar os direitos individuais e coletivos. Sobre os poderes administrativos e suas implicações no âmbito da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O poder vinculado é aquele que se submete à legislação e é por ela que são definidas as condições de atuação do administrador, o qual deve discernir qual utilizar de acordo com as especificações específicas, considerando a oportunidade e a conformidade.
- B) A delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado, membros da Administração Pública indireta com capital majoritariamente público, é constitucional desde que regulamentada por lei. Essas entidades deverão prestar exclusivamente serviços públicos próprios do Estado, atuando em um regime não concorrencial.
- C) O poder de polícia delegado é aquele concedido a uma entidade jurídica de direito privado, sem ligação oficial com os órgãos públicos. Já o poder de polícia originário, é concedido às entidades políticas da Federação, que possuem autoridade para estabelecer disposições que limitam a liberdade e os direitos de propriedade dos cidadãos.
- D) Constitui uma manifestação do poder hierárquico o recurso administrativo direcionado para a autoridade competente da Administração direta contra decisão de autarquia. Pode-se considerar como manifestação do poder hierárquico o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração direta contra decisão de autarquia.

### Questão 25

No município de Pitangas, a secretaria municipal de educação destinou uma verba para ser utilizada com o intuito de suprir as necessidades materiais das escolas que compõem a rede escolar do município. Diante de tal demanda, a supracitada secretaria destinou valores para serem utilizados pela diretoria de cada escola, sendo que, ao final, o responsável de cada escola deverá prestar contas da gestão dos recursos utilizados em sua respectiva escola para a secretaria municipal de educação, com as devidas notas fiscais que comprovam os gastos do recurso na escola. “De acordo com as práticas atuais utilizadas pelos gestores para prestar e se responsabilizar pelas suas ações perante a Administração Pública, na mencionada situação hipotética, encontramos o conjunto de práticas denominado \_\_\_\_\_, que se refere à relação entre duas partes, em que a primeira delega responsabilidade para a segunda, que deverá exercer a gestão dos recursos, o que gera uma obrigação de prestação de contas da segunda parte perante a primeira.” Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) *accountability*
- B) gestão corporativa
- C) controle de recursos
- D) responsabilidade fiscal

**CONHECIMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 26**

Maria e João, servidores da PRODABEL, foram designados pela chefia imediata como responsáveis pela elaboração de uma cartilha com informações gerais sobre o órgão. Certo dia, em uma reunião de trabalho, Maria e João debatiam acerca do papel da instituição frente à ordem econômica estabelecida na Constituição Federal. Maria afirmou que a PRODABEL faz parte do modelo de perfil intervencionista do Estado na atividade econômica, visto que integra a Administração direta. João, por sua vez, afirmou que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado é excepcional e só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. Analisando os posicionamentos de Maria e João, é correto afirmar que:

- A) Ambos estão corretos.
- B) Apenas João está correto.
- C) Ambos estão equivocados.
- D) Apenas Maria está correta.

**Questão 27**

A ordem estabelecida na Constituição Federal de 1988 visa a estabelecer um projeto tendente a direcionar a vida econômica do Estado e disciplinar as relações dela decorrentes. A esse respeito, preconiza a Carta Magna que a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

- A) A sujeição ao regime jurídico de direito público, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributários.
- B) A constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários.
- C) Estabelecimento de privilégios fiscais às empresas públicas e sociedades de economia mista, não extensivos às do setor privado.
- D) Observância de licitação e contratação de serviços e compras, dispensados tais procedimentos para obras e alienações, mediante regulamento próprio.

**Questão 28**

Sobre o tema princípios fundamentais, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) O Art. 1º da Constituição assenta como um dos fundamentos do Estado brasileiro a sua soberania – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional, no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros Estados soberanos.
- ( ) Tal qual ocorre com outros princípios fundamentais, há exceção no que concerne ao princípio federativo, na medida em que a Constituição Federal expressamente prevê a possibilidade de secessão dos entes.
- ( ) A Constituição de 1988 adota uma perspectiva centrípeta no que tange à formação da federação, preservando-se a soberania dos entes.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, F, F.

**Questão 29**

Com raízes nos escritos de Montesquieu, o princípio da separação de poderes é importante mecanismo que interconecta as funções estatais, visando coibir o abuso de poder. Considerando a organização dos poderes e as funções típicas e atípicas a eles atribuídos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que é ofensiva a tal princípio a conduta de:

- A) O Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos, sob o fundamento de isonomia.
- B) O Poder Judiciário determinar a observância compulsória pelos Estados dos princípios básicos do processo legislativo da União.
- C) Haver intervenção do Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço.
- D) O Poder Legislativo exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.



### Questão 30

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais e a classificação classicamente adotada na doutrina de José Afonso da Silva, analise as afirmativas a seguir.

- I. As normas de eficácia contida podem ser conceituadas como aquelas que nascem com eficácia plena, reunindo todos os elementos necessários para a produção de todos os efeitos jurídicos imediatos, mas terão seu âmbito de eficácia restringido, reduzido ou contido pelo legislador infraconstitucional.
- II. As normas constitucionais de eficácia limitada de princípios programáticos traçam tarefas, fins e programas, para cumprimento por parte dos poderes públicos e, atualmente, pela própria sociedade.
- III. As normas de eficácia limitada requerem a atuação do legislador para passarem a ter eficácia plena, mediante sua regulamentação.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.

### Questão 31

As sociedades de economia mista são entidades cuja criação é autorizada por lei, dotadas de personalidade jurídica de direito privado. A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre suas peculiaridades sobre suas atividades econômicas e financeiras. Assinale a afirmativa correta no que diz respeito às atividades econômicas e financeiras exercidas pelas sociedades de economia mista.

- A) O abuso do poder econômico que vise a eliminação da concorrência e a dominação dos mercados será reprimido por lei.
- B) Sendo o critério utilizado para a exploração da atividade econômica, à segurança nacional será autorizado gozar dos privilégios fiscais do setor público.
- C) Quando se tratar de exploração de atividade econômica de prestação de serviços, ficará sujeito ao regime próprio das empresas privadas, excluído as obrigações tributárias.
- D) É permitido ao Estado explorar diretamente atividade econômica, desde que preencha dois requisitos, cumulativamente – segurança nacional e relevante interesse coletivo.

### Questão 32

Os estados A e B da República Federativa do Brasil, devido à boa relação que possuem, tanto político-administrativa quanto de sua população, resolveram incorporar-se entre si, formando o estado C. Para a incorporação dos Estados, será realizado

- A) referendo com a população interessada; sendo favorável, caberá ao Congresso Nacional, por meio de Lei Ordinária, aprovar a incorporação.
- B) plebiscito com a população interessada; sendo favorável, caberá ao Congresso Nacional, por meio de Lei Complementar, aprovar a incorporação.
- C) referendo com a população interessada; sendo favorável, caberá à Assembleia Legislativa de cada Estado, por meio de Lei Ordinária, aprovar a incorporação.
- D) plebiscito com a população interessada; sendo favorável, caberá à Assembleia Legislativa de cada Estado, por meio de Lei Complementar, aprovar a incorporação.

### Questão 33

O Município X, localizado no estado de Minas Gerais, vem sofrendo com alto índice de criminalidade e desordem pública, não conseguindo por seus meios próprios estabelecer novamente a ordem pública. Visando manter a integridade nacional e de sua população, a União decretou a intervenção do Município X, afastando temporariamente sua autonomia política. No caso em tela, a União, ao decretar a intervenção no Município X, agiu de forma

- A) correta, pois a Constituição prevê, como pressuposto para a intervenção federal no Município X, manter a integridade nacional.
- B) incorreta, pois a Constituição somente autoriza que a União decrete intervenção nos municípios localizados em território federal.
- C) incorreta, embora a Constituição autorize a intervenção federal no Município X, manter a integridade nacional não é uma das hipóteses prevista em lei.
- D) correta, pois a Constituição prevê a supremacia da União em relação aos estados-membros, cabendo sua discricionariedade quanto aos motivos da intervenção.

### Questão 34

A Constituição Federal adotou uma repartição horizontal de competências legislativas, atribuindo poderes enumerados a cada ente – União, Estados e Municípios, podendo ser privativo ou concorrente entre eles. Analise as afirmativas a seguir sobre competência legislativa.

- I. A competência para legislar sobre direito tributário é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- II. Trânsito eleitoral e seguridade social são alguns exemplos de matérias que a União detém a competência privativa para legislar.
- III. A Constituição autoriza a União delegar, por meio de Lei Complementar, aos Estados e Municípios que legislem sobre questões específicas de desapropriação.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

### Questão 35

O Estado Y, diante da inércia da União que não havia legislado até aquele momento sobre a matéria, editou lei tratando sobre normas gerais de direito econômico, para atender suas peculiaridades. A União, inconformada com a atitude do estado-membro, editou nova lei tratando sobre normas gerais de direito econômico. Considerando apenas os fatos narrados e a legislação pertinente, assinale a afirmativa correta.

- A) A União, ao editar posteriormente norma geral sobre direito econômico, suspende totalmente a eficácia da Lei Estadual.
- B) Por se tratar de matéria legislativa privativa da União, não cabe ao Estado legislar sobre a matéria, mesmo diante da inércia da União.
- C) O Estado, diante da inércia da União, que não legislou sobre normas gerais de direito econômico, poderá exercer a competência legislativa plena, editando normas gerais sobre a matéria.
- D) Caberia ao Estado legislar somente de forma suplementar sobre direito econômico, mesmo inexistindo Lei Federal que tratasse sobre normas gerais por vedação expressa da Constituição.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 36

Sobre os conceitos, técnicas e princípios ligados à elaboração orçamentária no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

- I. O “tipo” de orçamento é um conceito relacionado ao grau de participação dos poderes constituídos na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). No Brasil, temos um orçamento do tipo misto, uma vez que o Poder Judiciário participa ativamente na etapa de aprovação da LOA.
- II. O Princípio da Unidade prega a existência de um único documento orçamentário consolidado dentro de cada ente da Federação, e visa evitar a fragmentação e a dispersão dos recursos orçamentários em documentos paralelos.
- III. O orçamento tradicional era uma técnica rudimentar de elaboração orçamentária, cujo principal objetivo era o controle político dos gastos do Executivo. Não havia preocupação com programas ou com o atingimento de objetivos sociais.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) III.
- C) I e III.
- D) II e III.

### Questão 37

O orçamento moderno vai muito além de mero instrumento de previsão de receitas e fixação de despesas. Através dele, o Estado leva a efeito as chamadas funções clássicas do Orçamento. Uma delas, especificamente, tem por finalidade a repartição da riqueza e a redução das desigualdades sociais, o que pode ser feito através de técnicas de tributação progressiva e programas de transferência de renda. Trata-se da função:

- A) Alocativa.
- B) Equitativa.
- C) Monetária.
- D) Distributiva.

### Questão 38

Considerando o tema **responsabilidade fiscal**, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- ( ) É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo.
- ( ) No âmbito municipal, as Despesas com Pessoal estão limitadas a 60% da Receita Corrente Líquida de cada período de apuração. Este percentual é assim segregado entre os Poderes: 56% para o Executivo e 4% para o Legislativo.
- ( ) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois anos seguintes, reduzindo o excedente em pelo menos 50% no primeiro.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) F, F, V.
- C) V, F, F.
- D) V, V, F.

### Questão 39

Sobre a contratação direta no âmbito da PRODABEL, conforme seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É indispensável a submissão da contratação direta à assessoria jurídica da PRODABEL, para atestar a legalidade do procedimento e garantir a conformidade com os princípios da Administração Pública.
- B) É admitida a contratação direta de serviços jurídicos para o atendimento de demandas específicas, tais como as que podem suscitar qualquer espécie de conflito de interesses entre a empresa e os advogados empregados da PRODABEL, notadamente no que diz respeito à defesa dos interesses da empresa em juízo trabalhista.
- C) Os documentos anexos ao edital de natureza técnica podem ser contratados junto a terceiros com fundamento na contratação direta de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, enquanto serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, ou, se for o caso, por meio de licitação.
- D) Nas hipóteses de contratação direta, por inviabilidade de competição, de serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, a justificativa de preços, em caso de inexistência de outros preços praticados pela futura contratada, poderá se dar por meio da comparação com valores cobrados para a realização de outros trabalhos de dificuldade e complexidade semelhantes, ainda que tratem de assuntos e notórios especialistas distintos.

### Questão 40

De acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL, são agentes que devem atuar em licitações e contratos, EXCETO o agente de:

- A) Licitação.
- B) Fiscalização técnica.
- C) Fiscalização operacional.
- D) Fiscalização administrativa.

### Questão 41

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo. Para a comprovação da exclusividade, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL lista uma série de documentos hábeis. Com base no referido regulamento, a respeito dos documentos hábeis para comprovar a exclusividade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Declarações ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente por entidades sindicais, associações ou pelo próprio fabricante, na hipótese de representante exclusivo, emitidos a menos de cento e oitenta dias, que indiquem que o objeto pretendido é comercializado ou fabricado por determinado agente econômico de modo exclusivo.
- II. Outros contratos ou extratos de contratos firmados pelo agente econômico, com o mesmo objeto pretendido pela empresa, sob qualquer fundamento que lhe reconheça a exclusividade.
- III. Consultas direcionadas a outros agentes econômicos, dedicados ao mesmo ramo ou que atuem na mesma área de especialização, por e-mail ou qualquer outro meio de comunicação, desde que seja reduzida a termo, com solicitação de indicação de eventuais produtos que tenham as mesmas funcionalidades do objeto pretendido pela empresa.
- IV. Declarações de especialistas ou de centros de pesquisa sobre as características exclusivas do objeto pretendido pela empresa.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

### Questão 42

Tendo em vista as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL a respeito dos orçamentos das licitações, assinale a afirmativa correta.

- A) O orçamento pode ser divulgado juntamente com o edital diante de decisão da unidade de gestão de contratos, validada pela diretoria administrativa, que deve ser motivada.
- B) O orçamento permanecerá sob sigilo apenas para os órgãos de controle externo, sendo disponibilizado para consulta pelos órgãos de controle interno desde o início do processo licitatório.
- C) O orçamento deve ser sigiloso até a fase de homologação da licitação, permitindo-se ao agente de licitação divulgá-lo, anteriormente, na fase de negociação, se assim entender conveniente.
- D) A PRODABEL, para manter o sigilo do orçamento, estabelecerá mecanismos de restrição interna aos arquivos e documentos que lhe são pertinentes, vedado, contudo, o processamento em apartado.

### Questão 43

A PRODABEL, sociedade de economia mista do setor de tecnologia da informação e comunicação, está elaborando um contrato para a realização de um projeto de desenvolvimento de aplicativos móveis para órgãos públicos do Município de Belo Horizonte. Nesse contexto hipotético, com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL, sobre os prazos de execução e vigência dos contratos, assinale a afirmativa correta.

- A) As prorrogações de prazo de execução devem ser formalizadas por meio de aditivo contratual, independentemente do prazo de vigência do contrato.
- B) O esgotamento do prazo de vigência impede o processamento do pagamento das parcelas ou dos objetos devidamente executados, conforme estabelecido no contrato.
- C) Os prazos de execução e vigência dos contratos podem ser prorrogados sucessivas vezes, sem limite máximo estabelecido, desde que devidamente justificados e aprovados pelo gestor do contrato.
- D) No contrato que prevê a conclusão de um escopo predefinido, o prazo de vigência poderá ser automaticamente prorrogado pela empresa, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

### Questão 44

Segundo os critérios gerais para pesquisa de preços, contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nas hipóteses em que forem recebidas cotações discrepantes entre si, a área demandante deverá ser acionada pela unidade de gestão de licitações para se certificar da correta compreensão, pelas sociedades consultadas, do objeto licitado, podendo disponibilizar novo prazo para que estas possam sanear seus orçamentos.
- II. A pesquisa de preços feita junto ao mercado é válida por noventa dias, devendo, nesse interregno, ser publicado o edital, salvo situações excepcionais devidamente justificadas, baseadas em restrições de mercado. Caso o prazo seja ultrapassado, a pesquisa deve ser refeita, ou atualizada pelo índice oficial de inflação.
- III. A pesquisa de preços somente pode ser flexibilizada em casos devidamente justificados em razão de restrições de mercado, realizando-se contatos diretos com agentes econômicos e seus representantes, a fim de obter as informações disponíveis, com a obrigação de reduzir a termo todas as tratativas, indicando interlocutores, datas e meios de comunicação utilizados.
- IV. No caso de terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a pesquisa de preços deve ser precedida de elaboração de planilha de composição de preços por parte da área demandante baseada nos custos diretos e indiretos decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, previstos em lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

### Questão 45

A PRODABEL decidiu realizar a doação de cinco dos seus computadores para alguma instituição sem fins lucrativos que desenvolva projetos sociais voltados para a educação de crianças carentes. Diante disso, foi necessário definir o critério de julgamento para selecionar a entidade beneficiária da doação, com base na repercussão social que esses computadores promoverão. Considerando as normas da Lei nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL e o contexto apresentado, o critério de julgamento a ser adotado para a escolha da instituição beneficiária da doação é o de

- A) melhor técnica.
- B) maior retorno social.
- C) melhor conteúdo educacional.
- D) melhor destinação de bens alienados.

### Questão 46

Com base nas disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL acerca de convênio, pregão e consórcio, assinale a afirmativa correta.

- A) Consórcio é o instrumento destinado a formalizar a comunhão de esforços entre a PRODABEL e entidades públicas ou privadas ou organizações da sociedade civil para viabilizar o fomento ou a execução de atividades na promoção de objetivos comuns entre os partícipes.
- B) As normas pertinentes à fase preparatória previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento aplicam-se, nas licitações realizadas sob a modalidade pregão, subsidiariamente às normas da Lei nº 14.133/2021, denominada Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- C) Os recursos de convênio, enquanto não utilizados pelo conveniente, poderão ser aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira pública ou fundo de aplicação financeira de curto prazo, a critério da PRODABEL, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.
- D) A modalidade pregão pode deixar de ser utilizada, por decisão discricionária do gestor da unidade de licitações, devidamente motivada, desde que identifique a inexistência de vantagens em adotá-la em detrimento aos procedimentos licitatórios próprios previstos na Lei nº 13.303/2016.

### Questão 47

Considerando o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL, especialmente em relação às normas que versam sobre a contratação de obras e serviços de engenharia sob regime de execução de contratação semi-integrada ou integrada, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O instrumento convocatório deverá conter anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares.
- B) Na contratação semi-integrada, o projeto básico poderá ser alterado pela licitante para contemplar as alterações decorrentes das liberalidades constantes no edital, desde que aprovadas pela diretoria da área demandante, uma vez demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, aumento da qualidade, redução do prazo de execução, facilidade de manutenção e operação.
- C) O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
- D) Se a licitante apresentar proposta de alteração de projeto básico que venha a ser aprovada pela diretoria da área demandante, os riscos decorrentes de fatos supervenientes deverão ser alocados na matriz de risco como sendo responsabilidade integral da contratada, que deverá arcar integralmente com os custos e efeitos decorrentes da alteração que se mostrarem associados às parcelas alteradas.

### Questão 48

De acordo com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PRODABEL, nas contratações fundamentadas na dispensa de licitação em razão do valor, a análise de risco e o parecer jurídico são:

- A) Ambos indispensáveis.
- B) Ambos dispensáveis, conforme as especificidades do objeto a ser contratado.
- C) Respectivamente, indispensável e dispensável, conforme as especificidades do objeto a ser contratado.
- D) Respectivamente, dispensável e indispensável, conforme as especificidades do objeto a ser contratado.

### Questão 49

Uma empresa pública de informática detém a posse de um laboratório de pesquisa de última geração, com equipamentos sofisticados e recursos de tecnologia avançados. Esse laboratório foi desenvolvido com financiamento público e é considerado um bem público. Por causa disso, uma equipe formada por cientistas e acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) solicitou à empresa o uso do laboratório para conduzir pesquisas inovadoras em áreas como inteligência artificial e ciência de dados. Após um ato negocial entre os representantes da IES e da empresa pública, a equipe de cientistas e acadêmicos, por meio de um contrato, obteve acesso gratuito ao espaço, por um período de seis meses, para a realização das pesquisas com o apoio da empresa pública, objetivando promover a inovação e o progresso tecnológico em benefício de toda a sociedade. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa que representa corretamente a forma administrativa para uso do bem público mencionado.

- A) Cessão de uso.
- B) Permissão de uso.
- C) Concessão de uso.
- D) Autorização de uso.

**Questão 50**

Os consórcios públicos, de acordo com o Decreto nº 6.017/2007, correspondem a “[...] pessoa jurídica formada exclusivamente por Entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de Direito privado sem fins econômicos”. Sobre os objetivos que guiam a constituição dos consórcios públicos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados.
- B) A prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e fornecimento de bens à Administração direta ou indireta dos entes consorciados.
- C) A fiscalização, controle e regulação da execução de serviços públicos transferidos para o setor privado por intermédio de concessões e permissões, pelos entes consorciados.
- D) O compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (uma) dissertação sobre o tema específico da área respectiva do cargo. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIIS	21 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI – (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	
Conclusão da redação - CO (finalização do raciocínio e fundamentação)	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIIS	9 pontos
Coerência e Coesão - CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	
Morfossintaxe – M – (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	
Pontuação, acentuação e ortografia - PO	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,3 ponto, até o limite de 9 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

**Texto I**

A Inteligência Artificial (IA) apresenta três áreas principais de preocupação ética para a sociedade: privacidade e vigilância, preconceito e discriminação e desafios filosóficos. A IA pode levar ao desemprego à medida que as máquinas assumem trabalhos que antes eram feitos por humanos. A desigualdade também é uma preocupação, pois a IA pode ser usada para perpetuar as estruturas de poder existentes. A IA também pode levar ao viés algorítmico, em que os modelos incorporam e implantam vieses humanos e sociais em escala.

A privacidade é um direito humano fundamental reconhecido na Declaração dos Direitos Humanos da ONU, mas os aplicativos de IA podem representar uma ameaça real a esse direito. A desinformação é outro problema ético com a IA, pois os modelos de aprendizado de máquina podem gerar facilmente textos incorretos.

*(Márcia Santana Fernandes e José Roberto Goldim. Em: 24 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-protecao-de-dados/>. Fragmento.)*

**Texto II**

Souza e Silva lembrou que durante a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século 18, houve também uma tecnologia disruptiva, que mudou a forma de a sociedade sair da agricultura para as fábricas. “Agora, é outro tipo de mudança, mas vai causar impacto muito grande. A diferença é que, a mudança atual se baseia em tecnologia sofisticada. Vai ter impacto muito grande em emprego, não só naqueles repetitivos, mas também naqueles que tenham um patamar de conhecimento maior”.

O professor acredita que, para uma economia emergente como a do Brasil, se não forem tomadas as providências necessárias, será um desastre. “Porque, para dominar a tecnologia, você precisa ter conhecimento bastante especializado. Senão, vai ficar totalmente dependente em termos de tecnologia. Esse é um risco muito grande que a gente precisa estar ciente”, afirmou. O documento alerta que o futuro da sociedade brasileira será moldado pelas escolhas que o governo e a sociedade fizerem em relação à inteligência artificial. Sem investimento adequado na área, o Brasil pode ter um declínio tecnológico e ficar à mercê dos países que se acham na vanguarda nesse campo.

*(Alana Gandra – Repórter da Agência Brasil – Rio de Janeiro. Em: 09/11/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11>.)*

Texto III



(Disponível em: <https://asemanacuritibanos.com.br/opiniao/armadilhas-da-lingua>.)

Com base nos textos motivadores, redija uma dissertação acerca do tema:

**“A preservação e importância da ética diante do estabelecimento da inteligência artificial”.**

**PROVA DISCURSIVA**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha e 1 (uma) dissertação para todos os cargos, exceto, para o cargo de Analista de Recursos Estratégicos – Advocacia que terá 1 (um) parecer jurídico.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.